



Teresa Vasconcelos-Docente da ESE Lisboa (entrevista)

Quais é que são, na sua opinião, os saberes e as competências que os jovens devem ter quando terminam um ciclo de estudos e se preparam para entrar para a vida activa?

Considero que as competências do domínio da literacia (leitura, escrita e matemática, no sentido da resolução dos problemas) são essenciais, assim como as competências relativas a uma nova literacia, que hoje em dia é muito pedida, que é a literacia em informática. A uma nível mais directo, eu diria que estas são as literacias essenciais. Outra coisa que é fundamental é o domínio das línguas (pelo menos duas línguas estrangeiras), como parte das literacias. Por outro lado, é também fundamental, para a entrada no universo do trabalho, o saber ser um ser social: saber estar com outros, trabalhar com outros, etc. E aqui temos vários níveis: competências de cidadania (a ideia de que todos nós somos sujeitos na construção da cidade, num sentido amplo); competências de responsabilidade de participação (que é uma dinâmica essencial, que é ser capaz de ser um sujeito, dinâmico e activo); competências de novas cidadanias, (que são as competências de adaptação, que são essenciais). Na minha geração nós saímos para o mercado de trabalho equipados para fazer determinadas tarefas e sabíamos, de forma geral e salvo raras excepções, desempenhar essas tarefas até ao fim da nossa vida. Hoje, o que se pretende dos jovens, quando acabam a sua formação, é que tenham uma formação a que chamamos de banda larga, com essas capacidades desenvolvidas de uma forma que lhes permita um percurso de vida altamente flexível. O que se pretende é jovens sejam capazes de manusear os instrumentos de apropriação da informação e da realidade, capazes de buscar a informação de que necessitam para a resolução dos problemas. Porque eles hoje vão ter uma profissão e amanhã vão ter outra; muitos deles são jovens licenciados que planeiam fazer uma coisa e acabam por encontrar a possibilidade de fazer outra. A vida já não é um desenvolvimento linear; é muito mais um processo de idas e voltas e de mudanças, mas que permitem que a pessoa, esteja onde estiver, seja uma pessoa útil, capaz de fazer evoluir a sociedade e capaz de resolver problemas, capaz de contribuir para a melhoria do enquadramento em que está inserida.

Na elaboração dos currículos, que preocupações é que devem estar presentes para que esses objectivos sejam conseguidos?

Na elaboração dos currículos eu defendo duas dimensões. Primeiro, aquilo que, a nível nacional, se definir – ou mesmo a um nível transnacional ou europeu – como aquilo que é essencial sermos capazes de saber (aquilo a que se chama um core-curriculum, que é constituído pelas competências essenciais que qualquer jovem, seja ele de Lisboa, de Trás-os-Montes ou da Estónia tem que manusear no sentido de ser cidadão europeu). Outra área dos currículos, que é extraordinariamente importante, é a capacidade de aprender a gerir e a conhecer a realidade, no aqui e agora, no contexto em que se está a aprender. Havendo um core-curriculum nacional deverá haver currículos locais específicos de acordo com as realidades em que os jovens estão inseridos e de acordo com a dinâmica e com as necessidades dos próprios jovens. Mais do que todos saberem a mesma coisa ao mesmo tempo – que é a chamada didáctica tradicional – é, mediante discursos

diversificados, dar a possibilidade a todos de chegarem a um determinado nível de desempenho de competências, que não é tanto uma acumulação de muitos saberes – ainda que eu defenda saberes básicos -, mas nomeadamente a competência (que é aquele saber em acção) que é a capacidade de, numa situação diferente ou completamente alheia, ele poder mobilizar os conhecimentos que já tem para poder resolver os problemas que encontre naquela outra situação. E isso pode ser feito com uma grande flexibilidade nos currículos e com critérios muito rigorosos de avaliação dessas competências, para termos a certeza de que elas são desenvolvidas.

Nessa perspectiva de currículos flexíveis, as escolas teriam autonomia para pô-los em prática?

Em absoluto. Os professores são os intelectuais do currículo. O intelectual, com todo o meu respeito pelo operário, não é aquele que desempenha uma determinada tarefa, mas aquele que se apropria de uma determinada situação – que pode ser um conjunto de linhas orientadoras para o currículo nacional – e define como é que, naquele contexto, ele vai criar o projecto curricular para o seu grupo de alunos. Podemos ter projectos de escola, mas também podemos ter projectos de turma, na medida em que podemos caracterizar quem são aqueles 20 ou 30 jovens e como é que eu, como professor ou como parte de uma equipa de professores, posso construir um currículo com eles. Por exemplo, não faz sentido que eu esteja numa escola da zona da Marinha Grande e que não me aproprie, com o meu grupo de alunos, daquilo que é uma das indústrias mais importantes e mais antigas do país – que é a indústria vidreira que, aliás, tem evoluído de uma forma espantosa, utilizando até tecnologia de ponta – e sabendo que grande parte daqueles jovens são descendentes de operários daquela indústria.

Nesse sentido, que participação é que os pais poderiam ter?

Se os professores são os intelectuais do currículo, os pais podem participar. É essencial a participação dos pais, mas numa linha que eu chamo de construção de parcerias, porque há campos diferentes. Os pais, em casa, têm um papel decisivo que a escola não pode ter ou não deverá ter. Por outro lado, os pais podem colaborar naquilo que é o projecto educativo da escola, acompanhando o trabalho que os filhos desenvolvem na escola, e contribuindo para esse trabalho. E se a escola educa as crianças, por que é que a escola também não educa os pais, sendo até mobilizados intelectualmente para o trabalho que a escola desenvolve? Há imensos estudos que mostram que se os pais estão profundamente envolvidos nas tarefas escolares dos seus filhos, as crianças e jovens aprendem muito mais depressa. É imprescindível a participação dos pais, mas em parceria com os professores.

Em relação à gestão das escolas, defende que ela deve continuar nos actuais moldes?

A legislação que existe é muito bondosa, porque prevê uma participação em regime de cidadania com as forças vivas locais e criando órgãos de participação diversificados. Em termos teóricos é maravilhoso; em termos práticos, salvo raras excepções, estamos ainda numa fase a que eu chamo de grande défice em termos de participação e de gestão. É preciso confiar

mais na relação entre os pais e os professores, porque a escola não é dos professores; a escola é dos miúdos e está ao serviço das necessidades das crianças. É preciso racionalizar muito mais a participação dos pais e a colaboração deles, sem se sentir que estão a ultrapassar as suas competências específicas. A escola também poderia ir muito mais longe como pólo de desenvolvimento local se envolvesse as centenas de estruturas que podem ser uma mais-valia, rentabilizando os recursos, desde os centros de formação profissional até as estruturas básicas da saúde, da assistência social e outras. Tudo isso tem de ser articulado numa linha ecológica do desenvolvimento, mas envolvendo também recursos culturais e desportivos, como bibliotecas e equipamentos de lazer. Tudo isso pode ser trabalhado de uma forma concertada e não vivendo nós em quintas e quintais muito pequeninos. Esse é o nosso grande defeito, que faz com que os recursos sejam gastos ali, na propriedade de cada um, não sendo postos ao serviço de projectos muito mais articulados. Cada vez mais a forma de funcionar é a sociologia da rede: pessoas que, em conjunto com outras pessoas e serviços, vão contribuir para objectivos comuns. A escola faz parte de uma rede.

Admitiria a possibilidade de uma gestão profissional, atribuída a pessoas que não estejam directamente relacionadas com o sistema de ensino?

Depende. Conheço casos de escola que poderiam beneficiar de uma gestão mais profissionalizada. Noutros casos, há professores que são gestores das escolas e que estão a fazer um trabalho exemplar. Defenderia, eventualmente, uma grande flexibilidade a esse nível. Nalguns casos, há escolas que podem beneficiar de um gestor profissional. Quando a forma de organizar é concertada eleitoralmente, quem é eleito pelos seus pares, para se manter no poder, tem de estar ao serviço daqueles que o elegeram. Na minha perspectiva, às vezes não isto não pode acontecer. Tem que se estar ao serviço do projecto educativo da escola e das crianças e dos jovens que lá estão. Se as atitudes dos colegas professores forem contra esse projecto, o gestor vai ter que actuar porque está numa função de autoridade. Há casos em que há alguma promiscuidade e terá que haver uma separação de águas. Uma pessoa externa com práticas de gestão, mas também sabendo o que é a gestão de recursos humanos pode ser útil nestes casos.

Concorda com a ideia generalizada de que há falta de valorização da escola?

Há e a dois níveis. A escola já não é o que era no tempo do saber unificado; a escola é um pólo de saber, mas há muitos outros pólos de saber para as novas gerações: os meios de comunicação, a informação que existe via internet. São meios fabulosos de informação. Eu não diria que não concorrem com a escola, mas a escola tem de capacitar-se que tem de os integrar. A escola não é para encerrar, tem futuro e é extremamente importante na formação de novas gerações, nomeadamente nos aspectos mais humanos e pessoais. Deve integrar e articular todos os sistemas de informação de forma a servir a formação dos nossos jovens em vez de estar sempre virada para o passado a dizer que os jovens já não são como eram no nosso tempo. A escola tem que se abrir e que se tornar muito mais flexível e muito menos burocrática, sabendo que as famílias precisam do

suporte das escolas.

Como é que se pode levar algumas famílias que não valorizam a escola a mostrar o papel que a escola tem na educação dos seus filhos?

Não é com discursos teóricos, é mostrando aquilo que a escola pode fazer. Deve ser criada uma relação de confiança entre as escolas e a família, salvo em raras exceções, de pessoas que tiveram experiências muito negativas com a escola e que já não conseguem criar essa relação de confiança. De resto, a escola e os professores impõem-se pela excelência do seu trabalho. Os professores têm de se impor porque a profissão também está muito desvalorizada. Têm que mostrar que têm capacidade de formar novas gerações, muito diferentes das gerações anteriores, eventualmente, com muito mais dificuldades, precisando muito mais de especialidade em termos das comunidades diversificadas que têm de servir. Demonstrando às famílias, pela excelência, que as famílias precisam mesmo da escola, mas numa relação de parceria e de grande confiança. Uma pessoa da minha família conta que a educadora de infância lhe disse uma série de coisas para que a sua criança beneficiasse. E a mãe disse: "Eu acho que ela teve tanta razão, tanta razão!". A escola terá sempre um olhar muito mais objectivo sobre as crianças e poderá ajudar as famílias. Isso é um trabalho enorme a construir. A comunicação social também pode ajudar. Eu percebo que haja notícia quando as coisas correm mal, mas é importante divulgar também as situações boas que existem. Há muitos professores excelentes e dedicados que neste momento sentem que não estão a ser valorizados, e isso é uma pena. Por um lado, há um discurso que passa, o da interpelação à mudança da escola, tornando os miúdos em aprendizes muito mais activos. Por outro lado, há que preservar uma escola que anda à procura de si própria, em tempos que são conturbados. As culpas não são todas dos professores nem da escola.

Como é que gostaria que fosse a escola portuguesa num horizonte de dez anos?

Uma escola que fosse simultaneamente uma escola que promovesse aprendizagens, mas que também cuidasse de jovens enquanto cidadãos. Eu posso ter excelentes candidatos ao curso de Medicina e eles serem uns cidadãos do pior que existe. É preciso que a escola promova uma cidadania activa no sentido de criar jovens intervenientes, com a noção de que podem mudar a sociedade e intervir nela. Por outro lado, jovens capazes de se moverem no espaço europeu. Apesar de já haver muitas escolas que estão a trabalhar muito bem ao nível dos intercâmbios europeus, muitas outras ainda não deram aos nossos miúdos a noção de que não somos apenas portugueses, mas que somos também cidadãos de uma Europa, portanto, é preciso conhecê-la e sermos capazes de competir nesse contexto. Eu gostava que a escola do futuro fosse uma escola que não preparasse apenas cabeças, mas também corpos sãos: jovens capazes de ter uma vida saudável, com práticas desportivas, com práticas artísticas, sendo criadores, sendo pesquisadores e apaixonados por uma coisa fundamental, que a escola pode deixar, que é o bichinho do conhecimento. É o querer continuar sempre a aprender mais.

Ao longo da vida...

Ao longo da vida, porque hoje em dia a aprendizagem é feita ao longo da vida, porque aprendemos até morrer. Há mais algum aspecto que gostasse de acrescentar no âmbito deste Debate Nacional sobre Educação? Gostaria de dizer duas coisas que me preocupam. Uma diz respeito aos processos de inclusão. Eu acho que num Debate Nacional sobre Educação nós temos que pensar sobre como é que a nossa educação pode ser mais inclusiva. Eu acho que a nossa educação está a fragmentar cada vez mais os grupos sociais, com classes sociais média ou média-alta a terem mais acesso a melhores escolas e ficarem as escolas menos bem equipadas para os grupos mais desfavorecidos.

E como é que essa situação se pode resolver?

Com práticas de equidade, que é a discriminação positiva dos grupos mais desfavorecidos. É o que fazemos com as mulheres e com as crianças com necessidades educativas especiais; é o que devemos fazer com as crianças que por razões socio-económicas tenham tido menos possibilidade de ter outra escola. Um Estado justo deve discriminar positivamente os miúdos. Agora andamos todos à procurar do "milagre da Finlândia". Eu estive lá em Junho e verifiquei que uma das coisas que os finlandeses fazem – e que me parece que é um sistema extremamente bem montado – é que logo que uma criança começa a demonstrar dificuldades (no pré-escolar ou no primeiro ciclo), imediatamente eles estão dispostos a ajudar aquela criança e criam um sistema de resposta nesse sentido, ao nível da Psicologia, ao nível de um professor de acompanhamento, especialmente treinado para uma necessidade educativa especial, por forma a que ele não fique para trás. E isto é uma prática de equidade. Claro que isto fica mais caro ao Estado! Mas a longo prazo eu acho que não fica, porque eles mantêm índices de sucesso escolar. Por isso é que eles não têm insucesso escolar: os miúdos são trabalhados no sentido de serem compensados quando começam a revelar dificuldades. É aquilo a que nós chamamos intervenção precoce e que deve ser feita a todos os níveis. A esse nível é uma recomendação que eu fazia: um olhar especialmente atento, mas não catalogando as crianças. Porque nós, às vezes, empurrámos para as necessidades educativas especiais crianças que apenas têm é um mau professor e elas não têm culpa de ter um mau professor, mas precisarão um sistema de suporte. Uma outra preocupação minha é no sentido de haver a coragem política de avaliar realmente o trabalho dos professores. Qualquer profissional que tenha dignidade sujeita o seu trabalho a avaliação. Porque não se quer de uma maneira ou de outra, não atribuímos a ninguém a autoridade para avaliar, deixamos os professores a si próprios. E a natureza humana é assim, vai-se acomodando: ninguém que esteja entregue a si próprio – a não ser que tenha um sentido ético fantástico, mas isso é só para pessoas excepcionais – tem a capacidade de estar em permanente evolução se não tiver estímulos e razões para o fazer. Portanto, também me parece que a avaliação dos professores é uma questão extremamente importante para este Debate e que se defina como é que ela vai ser feita, de uma forma séria, atribuindo responsabilidades. Os grupos disciplinares têm coordenadores, as escolas têm conselhos executivos e é preciso não ter medo de atribuir responsabilidades na avaliação. Nós fazemos isso com os nossos alunos, por que é que não nos sujeitamos a isso para podermos crescer? Esta área deve ser desenvolvida e a muito curto prazo; não é

preciso dez anos para o conseguir, é montar um novo sistema já.

Já tem alguma ideia sobre como deveria ser esse novo sistema?

Há estruturas. A própria gestão tal como ela está a ser implementada em Portugal tem estruturas de gestão intermédias: um coordenador do grupo disciplina, um coordenador do primeiro ciclo, etc. Essas não são apenas gestoras não implicadas, têm que ter uma autoridade, e os seus colegas têm que ver nelas uma autoridade. Para isso têm de ser formados, mas há muita gente já formada e seria um grande investimento, por parte do Ministério da Educação, formar pessoas para o fazerem. Há também as estruturas regionais do Ministério da Educação, mas essas são mais administrativas. Eu veria uma avaliação muito centrada nas escolas e muito sujeita ao escrutínio, eventualmente, de mais do que uma pessoa, para evitar parcialidades. Mas não me parece que seja um sistema muito complicado. Há diversos Mestrados nas Universidade sobre a questão da Supervisão Pedagógica e não há Supervisão Pedagógica sem haver avaliação.